

IVAucher. Crédito começa agora a ser apurado mas as incertezas são muitas

João Paulo Batalha alerta ao *i* para o risco da partilha de dados dos contribuintes e lembra que o Fisco, a par das redes sociais, é a entidade que mais acesso tem às informações dos portugueses.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

É apurado a partir de hoje o crédito que cada aderente tem no programa IVAucher – medida que entrou em vigor a 1 de junho para os consumos realizados nos setores do alojamento, cultura e restauração e “nos quais foi solicitada a emissão de fatura com número de contribuinte dão direito à devolução integral do respetivo IVA suportado”, prometeu o Ministério da Economia. Mas, ao contrário do que tinha sido divulgado de início, em vez de descontar o saldo nos estabelecimentos que aderiram à medida, afinal vai o valor ser depositado na sua conta. De acordo com o Governo, esta alteração tem como objetivo “tornar a solução de utilização do saldo IVAucher mais universal e de facilitar o processo de adesão dos comerciantes ao programa” desenvolvido em conjunto com a entidade operadora (SaltPay) e que passou, entre-

tanto, a integrar as instituições bancárias.

Mas continuam a existir muitas incertezas em relação à forma como vai ser aplicado o programa. Contactada pelo *i*, a Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados admite que ainda está na expectativa. “Além daquilo que resulta da lei estamos à espera de alguns esclarecimentos para podermos depois divulgar. A Ordem também quer ser parceira na divulgação deste processo, uma vez que é um apoio às empresas e queremos ajudar a que esse apoio se torne efetivo”, refere Paula Franco.

Ao que o nosso jornal apurou, o Governo está a tentar acordar com todos os bancos para que façam a ligação entre os comerciantes, mantendo como alternativa o sistema a implementar pela SaltPay, mas que exige a adesão por parte dos estabelecimentos e também tem um custo. “Esta nova modalidade tenta combater o que tentaram fazer inicialmente, mas não teve grande suces-

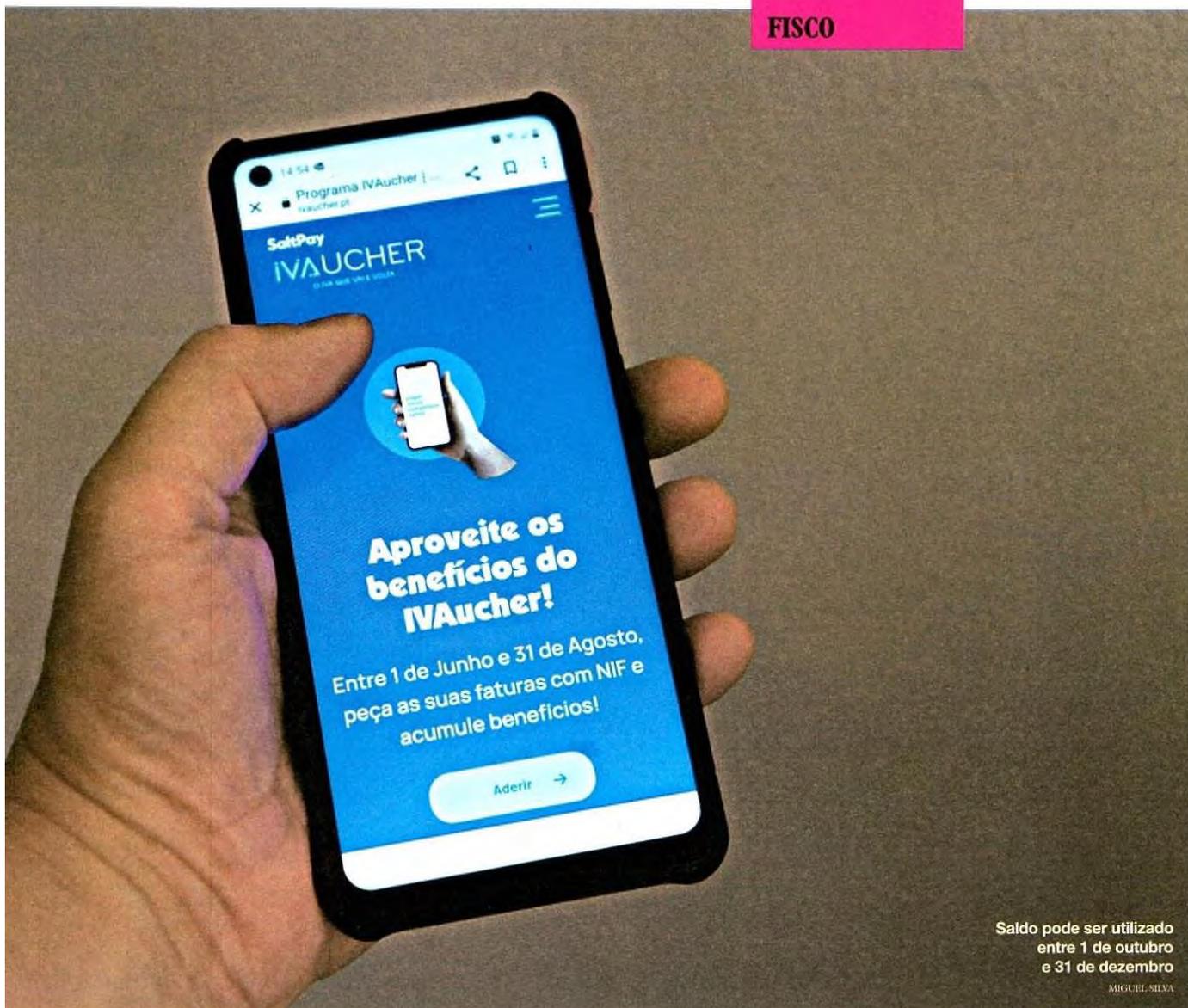
so, porque tem muitos passos: em setembro temos de ir ver o saldo e carregá-lo. A seguir os comerciantes têm que aderir e ter a máquina daquela entidade que ganhou o concurso das Finanças. Como se aperceberam que não ia ter grande adesão, estão a procurar outras soluções para tentar captar mais comerciantes”, apurou o *i* junto de uma fonte ligada ao processo.

O Ministério de Siza Vieira garantiu esta segunda-feira que o saldo do IVAucher será “reembolsado diretamente pelas instituições bancárias na conta bancária do consumidor”. Já os comerciantes têm ainda a “opção de disponibilizar aos clientes os descontos decorrentes do IVAucher através da rede entidade operadora do sistema (SaltPay): TPAs, aplicação IVAucher e software de faturação”.

Mas a mesma fonte ligada ao processo lembra que “mesmo com essa ajuda dos bancos, o que se prevê é que sejam eles a debitar os valores aos estabele-



FISCO



Saldo pode ser utilizado
entre 1 de outubro
e 31 de dezembro

MIGUEL SILVA

cimentos que não queiram ter máquinas da SaltPay para lhes devolver o valor que iam pagar a menos. Mas ainda não percebi como é que o consumidor vai ficar nisto: se vai pagar só metade ou se paga na totalidade e os bancos também aí vão ter alguma interferência".

Mas deixa uma certeza: "Ainda estão a ser tomadas muitas decisões e tudo isto pode mudar. Estão a fechar os protocolos com os bancos para perceber depois qual é a melhor forma de o fazer. O que está publicado na legislação pode não ser só o que vai ser aplicado, pode ser uma das partes".

DADOS EM RISCO Pouco conveniente com esta medida está o presidente da associação Transparência e Integridade. João Paulo Batalha mostra-se preocupado com o risco de uso indevido que pode ser dado à informação pessoal dos contribuintes que foram facultados por quem aderiu a este programa, através da SaltPay.

Uma questão que ganha maior

relevo, uma vez que, tal como o *Nascer do SOL* já tinha anunciado, o Estado português entregou a uma empresa estrangeira dados pessoais dos contribuintes portugueses – incluindo NIF, morada, contas bancárias e cartões, entre outros dados.

O programa foi lançado através de um concurso público que teve como único concorrente, em janeiro de 2021, a empresa Pagaqui, com sede no Porto, mas que acabou por ser vendida, no mês seguinte, à empresa islandesa SaltPay.

Para João Paulo Batalha "é fundamental que os dados estejam protegidos, já que a Autoridade Tributária está a partilhar com uma entidade externa os dados que tem acesso relativo às compras das pessoas, montantes, locais, etc.". O responsável alerta para o "manancial de dados que o Fisco tem que, no caso português, só comparável aos dados das redes sociais. Mais ninguém tem acesso a tanta informação tão sensível como o Fisco, em Portugal. Nem sequer

o sistema de saúde", diz ao *i*.

E chama ainda a atenção para o facto de que empresa que está a desenvolver o sistema informático, no qual vai funcionar o programa, vai provavelmente ter acesso ao IBAN do contribuinte que está registado no Portal das Finanças, o que no entender do mesmo, pode pôr em causa a proteção de dados. "Esse

Governo está a tentar acordar com todos os bancos para que sejam intermediários

Sistema da operadora SaltPay vai continuar de pé para quem aderir à modalidade

acesso é perigoso do ponto de vista da sua vulnerabilidade porque pode dar azo a sistemas de fraude, de burla, pois estamos a falar de informação muito sensível. Não faço ideia que salvaguardas é que o Estado põs nestes contratos, mas o Ministério das Finanças tem de esclarecer que garantias quer no contrato, quer depois da execução do mesmo, foram estabelecidas em termos de fiscalização e de acompanhamento e o que está a ser feito para que os dados não sejam mais usados".

O responsável vai mais longe, ao considerar que "este tipo de precauções infelizmente não tem tendência para estar no radar de quem faz processos de contratação pública, porque está à procura de um serviço específico, que neste caso, é complicado pela complexidade do programa". Uma preocupação que, tanto neste caso como em outras medidas deste género, não pode ser posta de lado: "O Fisco sabe informação sobre nós que nem nós próprios sabe-

mos, porque consegue cruzar informação: determinar eventualmente padrões de consumo que não nos apercebemos porque gerimos as nossas vidas e as nossas compras de forma inconsciente".

Esse tipo de dados, considera João Paulo Batalha não interessa à Autoridade Tributária, empenhada em evitar a fuga ao Fisco. "Mas se começa seja no âmbito deste programa ou de outro a transferir dados para outras organizações, essas outras organizações se forem empresas com fins lucrativos podem ter um interesse gigantesco nessa informação. É fundamental perceber que contratos é que a Autoridade Tributária ou o Ministério das Finanças tem com essa entidade externa, que tipo de dados estão a ser transmitidos e que salvaguardas é que existem em relação ao uso, à gravação e à guarda dessas informações, nomeadamente no que diz respeito à sua revenda ou reutilização por parte da empresa ou de outras", refere ao *i*.



1,50 € // Quarta-feira, 1 setembro 2021 // Ano 12 // Diário // Número 3539 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

INEVITÁVEL

Autárquicas.
Lisboa,
o ringue
de Medina
e Moedas
// PÁGS. 6-7

Mundial.
Seleção
dá hoje
o pontapé
de saída para
o apuramento
// PÁGS. 28-29

Economia.
PIB dispara
15,5% no
2.º trimestre
// PÁG. 12

Covid-19.
Saúde
prepara-se
para pressão
e escolas vão
ter máscaras
e bolhas
// PÁG. 8

IVAUCHER À PORTUGUESA

A confusão está instalada. Crédito tanto poderá ser depositado nas contas dos contribuintes como nas dos estabelecimentos. João Paulo Batalha fala ainda nos riscos de partilha de dados por parte da operadora irlandesa

// PÁGS. 2-3

Turismo. Mercado interno dá empurrão e já está aos níveis de 2019

Algarve liderou procura, seguido do Norte e da Área Metropolitana de Lisboa. Mas quase 20% dos estabelecimentos de alojamento turístico ainda estiveram de portas fechadas // PÁGS. 10-11

Entrevista à jornalista afegã Zahra Joya

“Os talibãs não conhecem os direitos humanos. Tive medo de morrer”

Jornalista fugiu há uma semana de Cabul e conta como, em criança, se disfarçava de menino para poder estudar

// PÁGS. 18-21